



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8736 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 09/GT 14 - Trabalho e Educação e Sociologia da Educação

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DAS ÁGUAS FRENTE À DESESTRUTURAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS DE TRABALHO NO CONTEXTO DA UHE-TUCURUÍ

Maria das Graças da Silva - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Sem Financiamento

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DAS ÁGUAS FRENTE À DESESTRUTURAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS DE TRABALHO NO CONTEXTO DA UHE-TUCURUÍ

Resumo. Trata-se de formas organizativas e estratégias político-pedagógicas inscritas em processos de lutas e resistência de então trabalhadores da pesca artesanal que atuavam territorialmente na região do Baixo Tocantins, em face de uma variedade de formas de transformações sócio-ecológicas e culturais no contexto do barramento do rio Tocantins e construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE Tucuruí. Analisa-se interferências dessas transformações na dinâmica da prática de pesca, uma atividade que, historicamente, desempenha papel relevante na região amazônica, em geral, e, no Tocantins, em particular, quer como fonte de alimento, quer como uma das práticas estruturante do mundo do trabalho rural-ribeirinho. Nesse contexto, a pesca artesanal configura-se como uma prática cultural e de trabalho, que associada ao extrativismo vegetal e a agricultura familiar conformam a base do sistema produtivo, relações sociais e produção dos modos de vida locais. Metodologicamente recorreu-se a uma pesquisa documental no acervo disponibilizado recentemente pela pesquisa[1] e aos registros de dados produzidos por meio de uma pesquisa de campo nos anos de 2004 e 2010, que ainda estavam por serem analisados, incluindo narrativas de pescadores entrevistados. Os resultados indicam um processo de politização das transformações sócio-ecológicas, em face do comprometimento das práticas da pesca artesanal, e formas organizativas de lutas sociais, no contexto das quais buscavam o reconhecimento de direitos ancestrais de acesso e uso comum da base de recursos territorializados, dos seus impactos nas suas práticas de trabalho e medidas compensatórias.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Mundo do trabalho, Desestruturação socioambiental e

cultural.

Introdução

A questão da desestruturação socioambiental e cultural decorrente da implantação da UHE-Tucuruí tem sido tomada como objeto de vários estudos e reflexões de minha autoria por meio de diversos recortes e análises: planejamento territorial, conflitos socioambientais, desestruturações sócio-ecológicas e culturais; lições adversas que ficaram do barramento do rio. Dando continuidade ao tema, busco neste artigo focar em impactos dessa desestruturação no mundo do trabalho da pesca artesanal, na região do Baixo Tocantins, área a jusante da barragem. Assim, alguns trechos de artigos já elaborados podem ser reproduzidos no contexto deste trabalho, sempre que possível com revisões e/ou atualizações, o leitor será alertado quando isso ocorrer.

Ao analisar interferências dessas transformações na dinâmica da prática de pesca, uma atividade que, historicamente, tem desempenhado papel relevante na região amazônica, em geral, e, no Tocantins, em particular, quer como fonte de alimento, quer como uma das práticas estruturante do mundo do trabalho rural-ribeirinho, objetiva dar conta de processos de desestruturações históricos que a implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira têm ocasionado, particularmente, no que diz respeito às formas de produção da existência material e cultura de comunidades tradicionais.

A pesca artesanal configura-se nesse contexto territorial como uma prática cultural e de trabalho, que associada ao extrativismo vegetal e a agricultura familiar conformam a base do sistema produtivo e as relações sociais de homens e mulheres, que como sujeitos coletivos, cotidianamente na relação entre si e com a natureza buscam garantir suas necessidades materiais de existência e reproduzir seus modos de vida locais.

No presente trabalho, para as análises toma-se nas referências documentais e narrativas de sujeitos entrevistados, o contexto que trata da inserção dos pescadores artesanais do movimento dos expropriados da UHE-Tucuruí, seus processos organizativos, estratégias político-pedagógicas que deram sustentação às lutas e práticas de resistência. Portanto, associado aos processos de desestruturação sócio-ecológico e cultural decorrente do modelo de planejamento territorial autoritário e tecnocrático, que repercutiu de modo comprometedor no mundo do trabalho de homens e mulheres que tinham, muitos ainda têm, suas práticas de trabalho orientadas na relação direta com os recursos da natureza, como é o caso da pesca artesanal, uma prática particularmente forte até o início dos anos de 1980. Na verdade, era uma das práticas de trabalho mais forte no contexto da representação da identidade cultural da região do Baixo Tocantins.

Assim, ao trata-se da pesca artesanal e da luta social protagonizada pelos pescadores artesanais no contexto dos processos organizativos, resistência e lutas do expropriados pelos processos de desestruturação sócio-ecológico e cultural da UHE Tucuruí, é necessário ir ainda que ligeiramente nas controvérsias que marcaram a construção da UHE Tucuruí, um grande projeto que é concebido e efetivado durante a segunda metade do século XX (mais especificamente entre 1975 e 1984, anos de apresentação do projeto e inauguração da primeira turbina da hidrelétrica, respectivamente) período em que no Brasil vivia-se sob um Regime Governamental Militar (1964-1985) e também, em um contexto no qual, conceitos amplamente difundidos hoje, como direitos humanos e sustentabilidade, apenas engatinhavam em discussões públicas, em face da prevalência de discursos voltados para a ideia de progresso, desenvolvimento tecnológico, estabelecimento de soberania e/ou integração, principalmente em contextos ditatoriais nacionalistas e socialmente excludentes, tais quais em que o Brasil vivia.

As análises têm como foco a perspectiva dos expropriados, com base em publicações, atas

de reuniões e, especialmente, de registros de narrativas orais. Para tal, será imprescindível utilizar como aporte os teóricos da Escola dos Annales, de onde surge o conceito de “História vista de baixo”, proposto por E. P. Thompson em sua obra, onde evidencia a importância para a historiografia em dar visibilidade aos indivíduos situados fora dos eixos elitizados e comumente privilegiados:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrograda. Seus ideais comunitários podem ter-se tomado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não. (THOMPSON, 1965, p. 12-13 apud SHARPE, 1992, p. 41-41) .

Com base nos pressupostos da metodologia acima citada, foi possível realizar uma análise de modo a observar a situação diante de uma perspectiva dialética entre os discursos representados em meio ao conflito, ampliando o leque de possibilidades para a compreensão do fenômeno do desenvolvimentismo na região amazônica e seus eventuais resultados perante panoramas socioeconômicos distintos.

Dessa forma, toma-se como referência a dinâmica de vida dos pescadores artesanais e suas unidades familiares, no contexto das transformações geradas com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, depois da metade dos anos 1980, no sentido de analisar formas organizativas e estratégias político-pedagógica inscritos em processos de lutas e resistência de pescadores artesanais que estavam inseridos territorialmente na região do Baixo Tocantins, e que passaram a experimentar uma variedade de formas de desestruturação sócio-ecológicas e culturais no contexto do barramento do rio Tocantins.

A prática de trabalho na pesca artesanal

A pesca artesanal, historicamente tem desempenhado papel relevante na região amazônica, em geral, e, no Baixo Tocantins, em particular, quer como fonte de alimento, quer como produto agregador de troca. Sua prática, quase sempre é realizada de forma consorciada com o extrativismo vegetal (açaí, cacau nativo), ao cultivo agroecológico das chamadas “culturas brancas” (mandioca, milho, feijão), o que estabelece um diferencial em relação à pesca comercial, seja em grande ou pequena escala.

Para efeito desse estudo estamos considerando como pescador artesanal, aqueles inscritos na Colônia de Pescadores de seus respectivos municípios, e que embora desenvolva outras atividades de forma consorciada, como é o caso do extrativismo do açaí, é nas atividades de pesca que ele dedica mais tempo, ou seja, é a pesca que conforma a organização e gestão dos seus processos de produção da existência material e está na base da reprodução do seu modo de vida, ou seja, de sua reprodução social.

Thompson (1987) nos ajuda a refletir sobre a ideia de que os pescadores artesanais se constituem como uma fração de classe específica da classe trabalhadora, porque ao serem confrontados com experiências comuns decorrentes das desestruturações sócio-ecológicas ocasionadas pelo barramento do Rio Tocantins, passaram a se articular com propósitos organizativos para partilhar e denunciar experiências que estavam vivenciando no pós barramento do rio. O autor considera que o fazer-se classe, configura-se por meio de relações históricas, tal como aquelas construídas por homens e mulheres, que ao tomarem consciência dos impactos aos quais estavam sendo submetidos, passaram a construir um processo de mobilização e organização política.

De acordo com o Thompson (1987, p.10), “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. No caso dos pescadores artesanais, embora pelo exercício dessas atividades possam ser identificados como uma categoria ocupacional, fazem parte do universo das populações tradicionais não-indígenas, uma categoria política diferenciada, dado que para a produção de seu modo de vida mantém uma relação estreita com a natureza e seus diferentes ecossistemas dos quais dependem na produção dos seus modos de existência.

A literatura específica indica que a pesca artesanal, mesmo não sendo a única atividade praticada pelas comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins, tem uma enorme importância na configuração dos sistemas produtivos e no mundo do trabalho dessa região. Nessa perspectiva, territorialmente a pesca como prática cultural de trabalho configura-se como uma atividade que envolve uma combinação lógica de diversas práticas sociais da vida cotidiana, uma vez que era, quase sempre, e ainda é praticada de forma consorciada com outras atividades, como a agricultura de várzea ou de terra firme, e o extrativismo vegetal, particularmente com extração do açaí.

Os pescadores artesanais e seus universos socioculturais

Estamos considerando neste estudo, os pescadores e suas famílias moradores de comunidades tradicionais ribeirinhas, que conformam do ponto de vista sociológico pequenas comunidades não urbanas, cujo traçado mais evidente e marcante da sua dinâmica social é o acesso e uso comum dos recursos naturais, em geral, de forma não conflituosa. A compreensão desse universo sociocultural e ambiental pressupõe conhecer como eles se autodefinem, como seu saber sobre a natureza e seus processos é produzido e como se relacionam e se apropriam dos recursos naturais.

Os modos de existência ribeirinha se constroem culturalmente tendo como um dos parâmetros cosmológico a dinâmica das águas, o regime fluvial dos rios e seus afluentes. Esse regime juntamente com a alternância dos períodos chuvosos (o inverno amazônico) e seco (o verão) dão o tom de singularidade à condição de vida dessa categoria social, que mescla saberes sobre a dinâmica dos rios e matas.

Esse modo singular de existência, formatado por um complexo quadro de reprodução material, tem a dimensão cultural como forte mediadora das relações que os ribeirinhos, sujeitos históricos, protagonizam com a natureza. Nesse mundo que é mais aquático do que terrestre, o rio se configura como um ecossistema estratégico para o viver ribeirinho. É dele, juntamente com as matas que eles retiram a materialidade necessária à produção da existência do grupo familiar.

Desde cedo todo o grupo familiar é iniciado, ou seja, passam por processos formativos calcados nos saberes da ancestralidade na arte de pescar. Essa atividade pedagógica, em geral, fica sob a responsabilidade do pai ou dos irmãos mais velhos, o que não significa, na maioria das situações, a falta de participação da mulher no planejamento ou execução da atividade.

No caso das comunidades, lócus deste estudo, quando colocadas em perspectivas históricas, nas duas últimas décadas as pesquisas têm demonstrado que essas comunidades experimentaram mudanças enormes. A presença de grandes empreendimentos com uso intensivo de recursos tecnológicos desestabilizaram modos tradicionais de interação com a natureza, relações identitárias constituintes desses grupos, que, em alguns casos, sofreram modificações em razão do contato com outras culturas.

Na área deste estudo foi mencionado por alguns entrevistados que devido ao contato

com outras culturas, alguns modos de vida foram reconfigurados ao longo do tempo, uma vez que essas culturas imprimiram na diversidade espacial local, novas relações entre si e com a natureza, e, em decorrência, choque entre identidades.

Durante a convivência com essas comunidades de pescadores, observou-se que por estarem localizadas às margens de rios e igarapés, têm nos rios uma das grandes via de acesso entre o interior e as cidades; mas essas comunalidades embora do ponto de vista da dinâmica territorial assegure um repertório de similitudes, como, por exemplo, o estilo arquitetônico de suas casas; do ponto de vista cultural, as experiências de pertença conformam singularidades tecidas na dialética que se estabelece entre suas territorialidades e as espacialidades mais amplas que lhe são externas. Pois como enfatiza Massey (2000, p.183), “a especificidade de um lugar deriva do fato de cada lugar é o foco de uma mistura distinta de relações sociais externas e locais”.

Assim, tratar essas comunidades como uma massa homogênea, é negligenciar as representações sociais que dão significado aos seus modos de vida, suporte para a construção e reconstrução de suas identidades e guardam relação com a construção de suas territorialidades.

Relações com os rios e mata conformam os saberes dos pescadores

Diferente do saber técnico científico, as relações que os pescadores estabelecem com os rios e matas são conformadas por saberes que estes sujeitos têm construído por meio de suas narrativas e oralidades, por relações que estabelecem um com os outros e com diferentes ecossistemas, ou seja, são saberes que são produzidos na vida cotidiana. Para além do empirismo ingênuo, estes saberes por serem construídos cotidianamente no exercício de suas práticas socioculturais, orientam e informam suas relações e conformam suas atividades produtivas.

Admitindo-se que os saberes locais assumem um estatuto epistemológico de saberes plurais, ligados ao mundo da vida, as comunidades locais foram capazes de ressignificar suas práticas culturais e produtivas quando enfrentaram o processo de desestruturação socio-ecológica decorrente da construção da UHE Tucuruí e do barramento do rio Tocantins. Essas comunidades afetadas pelo projeto técnico devido sua forte relação com a natureza, buscaram construir respostas adaptativas às suas atividades produtivas de subsistência e organização social.

A ideia de adaptação assume o sentido trabalhado por Diegues (2004, p.76) que a define como “diferentes estratégias que o homem criou para explorar os recursos naturais e enfrentar as limitações ecológicas que pesam sobre a reprodução dos recursos naturais e dos próprios grupos humanos”. Após o barramento do rio Tocantins e o enfrentamento de condições à reprodução social, as comunidades locais promoveram novas formas adaptativas de produção da subsistência.

As referências socioculturais e territoriais, que fazem parte na maioria das vezes da dinâmica ordinária da vida cotidiana desses ilhéus, foram sempre evocadas pelos entrevistados, como recurso discursivo para enfatizar o quanto as destabilizações sócio-ecológicas causadas pelo barramento do rio Tocantins e a formação do reservatório da UHE Tucuruí repercutiram sobremaneira nos seus modos de vida, e que passaram a marcar os seus processos organizativos de luta no sentido de obter garantias e condições mínimas do Estado interventor, necessárias para a (re)estruturação social, cultural e econômicas de suas práticas.

O barramento do rio e a desestruturação sócio-ecológica revela-se como uma problemática socioambiental que as comunidades têm enfrentado ao longo de varias décadas.

As representações da mata estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, constroem, ampliam ou reconstróem saberes que tem garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

REFERÊNCIAS

ALLUT, Antonio García. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho das novas políticas pesqueiras. In Diegues, Antônio Carlos. **Etnoconservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB-USP, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Estudo de Caso da UHE Tucuruí**. Relatório Final. South África: abr. 2001.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In COSTA, Maria José. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia**. Debates teóricos e experiências de pesquisas. Belém/PA: UFPA, 2001

DIEGUES, Antonio C. (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB/USP, 2004.

ELETROBRÁS. **UHE Tucuruí: um estudo de caso**. Relatório Final.. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992

ELETRONORTE. **Programa de Pesca e Ictiofauna da Eletronorte**. Brasília, 2001.

LÉNA, Philippe. Grandes Projetos, Universidade e Propostas Alternativas na Pequena Produção. In CASTRO, E., MOURA, E. F. e MAIA, M. L. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém:UFPA,1995.

LAFAYE, C. e THÉVENOT, L. **une justification écologique?** Conflitos dans l'amenagement de la nature. In Revue Française de Sociologie, XXXIV, 1993, p. 495-524

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: IAMÁ: FAPESP, 1998.

LIMA. R. Kant de e PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói/RJ: EDUFF, 1997

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ. **Informe Caamutá**. Ano 01, n.02, mar. 2001

SILVA, M. G. **Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um Grande Projeto de Investimento: O caso da UHE Tucuruí/PA**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002.

_____. Ribeirinhos Amazônidas: saberes, biodiversidade e modos de vida. In **ANAIS do Fórum de pesquisa, Ensino, Extensão e Pós-Graduação da UEPA** – vol. II. Belém: UEPA, 2006.

_____. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. In Revista **COCAR**, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. v.1, n.1. Belém: Eduepa, 2009.

THOMPSON, E. P. **A História Vista de Baixo**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottamann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v.1.

-
- [1] “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, inserida no Programa multi-institucional/CAPES, “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”. Pesquisa coordenada pelo prof. Dr. Henri Acserald (UFRJ), que integrava como pesquisadora e foi concluída em fevereiro de 2020